

<b>Processo nº:</b>	TC-004499.989.23-4
<b>Prefeitura Municipal:</b>	Olímpia
<b>Prefeito (a):</b>	Fernando Augusto Cunha – 01/01 a 28/04/2023 e 14/05 a 31/12/2023 Fabio Martinez – 29/04 a 13/05/2023
<b>População estimada<sup>1</sup>:</b>	55.074 habitantes
<b>Porte do Município<sup>2</sup>:</b>	Médio
<b>Receita Corrente Líquida (RCL)<sup>3</sup>:</b>	R\$ 420.442.495,07
<b>Exercício:</b>	2023
<b>Matéria:</b>	Contas anuais

Em exame, nos termos do art. 71, inc. I, c/c art. 31, § 1º, ambos da Constituição Federal, art. 33, inc. XIII, da Constituição Estadual, e art. 2º, inc. II, da Lei Complementar Estadual 709/1993, prestação das contas municipais em epígrafe.

A partir das informações obtidas no curso do processo, consideram-se os resultados contidos no quadro abaixo:

SÍNTESE DO APURADO APÓS CONCLUÍDA A INSTRUÇÃO PROCESSUAL	
CONTROLE INTERNO	Irregular
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Resultado no exercício	6,55%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Déficit orçamentário amparado em superávit financeiro anterior?	Não se aplica
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Percentual de investimentos	17,35%
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	Favorável
DÍVIDA DE LONGO PRAZO	Desfavorável
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento/depósito de precatórios judiciais?	Sim
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	Sim
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	Sim
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	Sim
ENCARGOS - Está cumprindo parcelamentos de débitos de encargos?	Sim
TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO - Os repasses atenderam ao limite constitucional?	Sim
LRF - Despesa de pessoal em dezembro do exercício em exame	28,85%
LRF - Atendido o artigo 21, I, da LRF?	Sim

<sup>1</sup> Evento 141.66, fl. 03.

<sup>2</sup> Conforme critérios de uso interno definidos pelo TCE-SP.

<sup>3</sup> Evento 141.66, fl. 03.



ENSINO - Aplicação na Educação - artigo 212, CF (mínimo de 25%)	26,93%
ENSINO - Recursos do Fundeb aplicados no exercício (mínimo de 90%)	92,54%
ENSINO - Se diferida, a parcela residual (de até 10%) foi aplicada até 30/04 do exercício subsequente?	Sim
ENSINO - Fundeb aplicado na remuneração dos profissionais da educação básica (mínimo de 70%)	87,33%
ENSINO - Fundeb: Complementação União VAAT Despesa Capital (mínimo 15%)	Não se aplica
ENSINO - Fundeb: Complementação União VAAT - Aplicado no mínimo o Indicador para Educação Infantil (IEI)?	Não se aplica
SAÚDE - Aplicação na Saúde (Limite mínimo de 15%)	24,84%

Preliminarmente, ressalta-se que as contas desta Prefeitura Municipal foram objeto de Acompanhamento Semestral, com base nos subitens 1.3.2 e 4.5.2.2 da Ordem de Serviço SDG 01/2023<sup>4</sup>, cujas ocorrências apuradas pela Fiscalização foram anotadas no **evento 112.36**, objetivando oportunizar à Administração a prevenção e correção dos rumos das ações que se apresentassem com tendências ao descumprimento dos objetivos estabelecidos, dentro do próprio período.

Observada a adequação da instrução processual, respeitadas as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, o Ministério Público de Contas, a despeito das conclusões da Assessoria Técnico-Jurídica (evento 203), opina pelo prosseguimento do feito, com emissão de **PARECER PRÉVIO DESFAVORÁVEL**, uma vez que as Contas de Governo não se apresentaram dentro dos parâmetros legais e dos padrões esperados.

Isso porque a gestão do município de Olímpia em 2023 apresentou falhas significativas que comprometeram a qualidade dos serviços públicos, sendo certo que o conjunto da governança municipal reclama avaliação sistêmica e íntegra. O controle externo, sob a égide do art. 70, *caput*, da Constituição Federal, deve se fiscalizar o alcance de resultados

<sup>4</sup> 1.3.2. Acompanhamento Quadrimestral ou Semestral de Prefeituras Municipais – fiscalização quadrimestral ou semestral do exercício em curso, observando-se os modelos de relatórios pertinentes, abrangendo itens específicos predeterminados (obrigatórios) e outros eventualmente escolhidos pela Fiscalização (elegíveis), devendo-se seguir as orientações constantes do item 4.5 desta Ordem de Serviço.

4.5.2.1 As prefeituras classificadas na faixa de risco “Crítico” serão fiscalizadas quadrimestralmente, sendo a fiscalização do 1º quadrimestre e a do fechamento do exercício realizadas de forma híbrida, e a do 2º quadrimestre, preferencialmente, de forma remota.

4.5.2.2 As prefeituras classificadas na faixa de risco “Alto” serão fiscalizadas semestralmente, sendo a fiscalização do 1º semestre realizada, preferencialmente, de forma remota e a do fechamento do exercício realizada de forma híbrida.

4.5.2.3 As prefeituras classificadas na faixa de risco “Moderado” serão fiscalizadas anualmente, na modalidade ordinária e de forma híbrida.

4.5.2.4 As prefeituras classificadas na faixa de risco “Baixo” serão fiscalizadas anualmente, na modalidade ordinária e preferencialmente de forma remota.

4.5.2.5 As prefeituras classificadas na faixa de risco “Muito Baixo” serão fiscalizadas anualmente, na modalidade de validação e preferencialmente de forma remota.



e os custos verificados na sua consecução, “a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade” (art. 165, §10, da CF). Tal enfoque qualitativo-finalístico prioriza o monitoramento do desempenho na condução dos processos e no alcance dos resultados apresentados pelo Poder Público, sem que haja qualquer prejuízo para a aferição dos parâmetros patrimoniais, contábeis, orçamentários e financeiros.

Assim, ainda que na avaliação efetuada no âmbito do IEG-M, o Município tenha apresentado progresso em parte dos indicadores setoriais, aumentando sua classificação quando comparada àquela verificada no exercício anterior, remanescem falhas graves, que não podem ser relevadas.

No que se refere à **gestão do ensino**, é grave a manutenção do déficit de vagas em creches, havendo 261 crianças em fila de espera ao final do exercício em exame (evento 141.66, fls. 19/20).

Sobre o tema, a oferta irregular de ensino configura crime de responsabilidade, na forma do art. 208, §2º, da Constituição Federal. Vale lembrar que é firme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal<sup>5</sup> que fixa o direito à educação de 0 a 17 anos como direito subjetivo público e, portanto, plena e imediatamente exigível perante o Poder Judiciário, em decorrência de interpretação sistemática e integradora conferida aos incisos I e IV e §1º do art. 208 da Constituição Federal. Nessa esteira, destaca-se que o não atendimento das crianças nos estabelecimentos de ensino caracteriza omissão administrativa que desafia direito social garantido pela Constituição Federal (art. 6º, 205 e 208, inc. IV, e §§1º e 2º), bem como pela legislação dela derivada (art. 4º, inc. I, da Lei 9.394/1996).

Importa consignar que o responsável pelos demonstrativos já fora advertido por este Tribunal de Contas sobre a necessidade de corrigir a situação, quando da avaliação dos demonstrativos de **2018** (TC-004549.989.18-4, decisão transitada em julgado em 25/02/2021)<sup>6</sup>, ocasião em que já estava à frente da Prefeitura de Olímpia. Nas justificativas trazidas à época, alegou que:

*“Informe-se, ainda, que o Município vem adotando as providências necessárias para sanar a insuficiência de vagas, mediante, inclusive, a construção de novas creches. Para uma maior definição e controle, o Município está ainda articulando uma parceria com o cartão cidadão, a fim*

<sup>5</sup> STF, ARE 639337 AgR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, Julgado em 23/08/2011, DJe-177, DIVULG 14-09-2011, PUBLIC 15-09-2011, EMENT VOL-02587-01, PP-00125.

<sup>6</sup> *promova esforços para eliminar o déficit de vagas nas creches municipais;*



de melhor monitoramento, por meio dos dados constantes em tal cartão. Assim, tendo em vista que a Origem já adotou medidas para a regularização desse apontamento, requer-se a sua desconsideração por essa Egrégia Corte de Contas na apreciação dessas contas municipais.”

Mantendo-se a irregularidade no exercício **2022**, assim se manifestou este Tribunal de Contas (TC-004268.989.22-5, decisão transitada em julgado em 05/02/2024):

*Outro ponto crítico é a demanda não atendida por vagas em creches, revelando a incapacidade do sistema educacional em atender às necessidades da população infantil do Município:*

NÍVEL	DEMANDA POR VAGAS	OFERTA DE VAGAS	RESULTADO
Ens. Infantil (Creche)	1765	1513	-252

*A esse respeito, não há como minimizar a gravidade da situação, tendo em vista que o acesso incondicionado à educação infantil, mediante a admissão de crianças de 0 a 5 anos em creches e pré-escolas, constitui um dever fundamental atribuído ao Poder Público por força do artigo 208, IV, da Constituição Federal.*

*Sobre o assunto, a Prefeitura anunciou a criação de novas vagas cuja regularização efetiva deverá ser monitorada na próxima inspeção in loco.*

Vê-se, desse modo, que nada obstante as repetidas alegações no sentido de que está regularizando o problema, ano após ano, as famílias do Município deixam de ter suas necessidades atendidas, com suas crianças fora do ensino infantil.

A instrução sinalizou, inclusive, que a Prefeitura empenhou 31% menos do que o montante de recursos próprios previstos no PPA para ações de reforma e ampliação de prédios de creches, a despeito do cenário deficitário observado.

Não é demais consignar, ainda, a título de informação, que uma rápida verificação nos demonstrativos referentes ao exercício de **2024** sinalizam que também naquele exercício a situação estava longe de ser sanada, inclusive com o aumento do *déficit* e a mesma tendência de menor direcionamento de recursos que o necessário ao setor (TC-004443.989.24-9, evento 45.33, fls. 12):

*“Registre-se que embora o Município de Olímpia tenha déficit de 364 vagas em creches municipais (...), o montante previsto em investimentos para reformas e ampliação de vagas foi de R\$ 585.000,00 conforme o PPA e de R\$ 800.000,00 conforme a LOA (...), e que segundo informações inseridas pela Origem via Sistema Audesp, o montante empenhado até o momento foi de R\$ 390.068,25 (...), frise-se que tal investimento pode ser insuficiente para o aumento necessário de vagas e atendimento de todas as crianças que aguardam vagas na rede municipal.*



Diante de todo o exposto, o Ministério Público de Contas reforça a gravidade da situação, sobretudo em face da reincidência e do agravamento da situação ao longo dos exercícios, pugnando para que a falha seja somada às causas para rejeição dos demonstrativos em análise, tal como decidido sobre os demonstrativos de Embu-Guaçu, exercício 2018:

#### **2.4.3. ENSINO – DÉFICIT DE VAGAS**

*Incluo entre as causas de emissão de parecer desfavorável o déficit de vagas nas creches municipais.*

*O Município aplicou 26,69% de suas receitas de impostos e transferências em Ensino, cumprindo a aplicação mínima exigida pela Constituição Federal. Também foram atendidos os demais índices legais.*

*Contudo, a equipe técnica apurou a existência de um déficit de 631 vagas nas creches municipais, o que representa um terço das crianças não atendidas.*

*Não há, nos autos, qualquer evidência de que a Prefeitura tenha adotado providências capazes de reverter esse quadro, a não ser pela solicitação de prorrogação de prazo de um Convênio firmado com a FDE em 2014, que está suspenso devido à inércia da Prefeitura, e pelos reparos em algumas creches decorrentes de apontamentos das fiscalizações ordenadas. É muito pouco para um problema tão sério.*

*Tamanha é a relevância da matéria que está disciplinada na Constituição Federal<sup>7</sup>. Na mesma linha, em 2014, foi aprovada a Lei Federal 13.005/2014 que disciplina o Plano Nacional de Educação (PNE), que tem como meta principal ampliar a oferta de educação infantil em creches.*

*Ressalto que o problema de falta de vagas não é recente, tendo sido objeto de alerta à Prefeitura já nas contas de 2015, ocasião em que havia fila de espera de 389. Portanto o aumento do déficit foi de cerca de 60%, o que credita à falta de ações da Prefeitura para aumentar a oferta de vagas. (TCE/SP, Segunda Câmara, TC-4523.989.18-4, contas de 2018 da Prefeitura de Embu-Guaçu, Rel. Cons. Dimas Eduardo Ramalho, Parecer Publicado no Diário Oficial em 18/11/2020, decisão com trânsito em julgado em 07/12/2021) (destaques conforme o original)*

Deve-se frisar que, cumulativamente à vinculação constitucional e legal dos recursos municipais e dos repasses ao setor, sua aplicação deverá assegurar, além do atendimento das necessidades de universalização do ensino obrigatório, a garantia de padrão de qualidade e equidade, com base no Plano Nacional de Educação, o que também não se verificou nos autos.

Isso porque a instrução sinalizou que diversas escolas necessitavam de reparos estruturais, inclusive com problemas de acessibilidade, e não contavam com Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (ACVB). Havia, ademais, veículos de transporte escolar em más condições de uso, e o planejamento referente ao setor não foi eficiente, havendo desconexão entre o previsto e o executado.

<sup>7</sup> CF, art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante garantia de:  
IV – educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças de até 5 (cinco) anos de idade.



Do ponto de vista do **planejamento**, aliás, diversos desacertos foram observados, resultando inclusive em baixo desempenho do setor na avaliação do IEG-M - i-Planejamento em todo o quadriênio 2020/2023. Trata-se de índice responsável por medir a consistência entre o que foi planejado e o efetivamente executado, avaliando o cuidado tomado pelo Executivo municipal nas fases do planejamento e execução dos gastos à luz dos princípios caros à condução das finanças públicas.

Dentre eles, convém destacar a excessiva modificação da peça orçamentária, haja vista a **abertura de créditos adicionais suplementares e a realização de transferências, remanejamentos e/ou transposições** em percentual equivalente a **50,25%** do valor fixado para o exercício (evento 141.66, fls. 15/16 e 53). Trata-se de percentual muito acima da inflação de 4,62%<sup>8</sup> registrada no período, em redesenho desproporcionalmente alto, que afronta os Comunicados SDG 29/2010 e 32/2015, e desobedece a ampla jurisprudência deste Tribunal de Contas.

O alerta é ainda maior, quando se verifica que a situação vem se agravando ao longo dos anos (conforme demonstra o quadro juntado no evento 141.66, fls. 15). A diligente Fiscalização deste Tribunal de Contas bem indicou que, com o passar dos exercícios, a Administração Municipal de Olímpia vem regredindo na acurácia de suas previsões orçamentárias, e por se tratar do terceiro ano do segundo mandato do Chefe do Executivo.

Demais falhas, como (i) realização de Audiências públicas em horário que dificulta a participação popular; (ii) ausência de levantamento formal de seus problemas, necessidades e deficiências; (iii) não estabelecimento de metas financeiras de forma anual nas ações previstas no PPA; sinalizam a desídia com o setor, a despeito de sua importância, dado que as questões ligadas ao planejamento produzem impacto em todas as outras áreas, ensejando, se não sanadas, a reprodução viciosa do ciclo de incorreções. O resultado daí decorrente tende ocasionar um baixo nível de efetividade das políticas públicas e da qualidade dos serviços prestados à população, tal como se observa no caso concreto.

<sup>8</sup> IPCA acumulado no ano de 2023, conforme dados do IBGE.



No âmbito da **saúde**, a fiscalização ordenada de natureza operacional sinalizou falhas estruturais em unidades de atendimento (evento 141.66, fls. 34/44), incluindo uma piscina com água parada que, embora sem sinal de infestação por larvas de *Aedes aegypti* no dia da inspeção, pode se tornar um foco de reprodução do vetor, localizado justamente em um prédio municipal que abriga um equipamento de saúde.

No tocante à **gestão dos recursos humanos**, reprova-se a excessiva contratação de pessoal temporário, sobretudo, professores (eventos 141.66, fls. 64/66 e 141.44). Foram 191 docentes contratados temporariamente em 2023, resultando em quantitativo muito superior ao parâmetro máximo de 10% para a admissão de professores não efetivos dado pela estratégia 18.1 do Plano Nacional de Educação<sup>9</sup>.

Conforme orienta o Conselho Nacional de Educação (CNE), o excesso de professores temporários compromete a qualidade do ensino, tendo em vista que promove uma alta rotatividade de docentes entre as unidades escolares<sup>10</sup>. A prática vem sendo objeto de sucessivas recomendações e determinações desde o exercício **2019**<sup>11</sup>, tratando-se, pois, de mais uma falha **reincidente**.

Também irregular a contratação de horas-extras de forma habitual e em quantidades acima do permissivo legal ao longo do exercício. A prática, que custou R\$ 1.330.210,99 aos cofres da Prefeitura em 2023 (evento 141.66, fls. 67/69), descaracteriza a excepcionalidade da sobrejornada, contraria os princípios da eficiência e da economicidade, e coloca em risco o erário, ante o potencial ônus decorrente de demandas judiciais trabalhistas, nos termos do disposto na Súmula 291 do Tribunal Superior do Trabalho<sup>12</sup>.

<sup>9</sup> Cujo inteiro teor é o seguinte: “18.1) estruturar as redes públicas de educação básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PNE, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados;”

<sup>10</sup> Parecer CNE nº09/2009, disponível em [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb009\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb009_09.pdf), consulta aos 14/02/2025.

<sup>11</sup> Tal impropriedade vem sendo objeto de apontamento nas contas municipais há algum tempo, tais como nas de 2019 (TC-004890.989.19-7), 2020 (TC-003238.989.20-6), 2021 (TC-007221.989.20-5) e de 2022 (TC-004268.989.22-5) (evento 141.66, fl. 65).

<sup>12</sup> Súmula 291 do TST: HORAS EXTRAS. HABITUALIDADE. SUPRESSÃO. INDENIZAÇÃO. (nova redação em decorrência do julgamento do processo TST-IUJERR 10700-45.2007.5.22.0101) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011 - “A supressão total ou parcial, pelo empregador, de serviço suplementar prestado com habitualidade, durante pelo menos 1 (um) ano, assegura ao empregado o direito à indenização correspondente ao valor de 1 (um) mês das horas suprimidas, total ou parcialmente, para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses de prestação de serviço acima da jornada normal. O cálculo observará a média das horas suplementares nos últimos 12 (doze) meses anteriores à mudança, multiplicada pelo valor da hora extra do dia da supressão.”



Inconcebível, além disso, a manutenção de servidores com até a onze períodos de férias vencidas (evento 141.66, fls. 70/71), prática da Administração de Olímpia que vem de anos, conforme ela mesma afirma em sua peça defensiva (evento 183.1, fls. 25), e que em nada é abonada pela notícia da edição de Decreto Municipal no exercício permitindo a conversão de valores em pecúnia. Vale lembrar que o Chefe do Executivo está à frente da Prefeitura desde 2017, de modo que teve tempo hábil o suficiente para buscar soluções para o problema, que, ao contrário, se agravou durante sua gestão.

Férias é de direito constitucional (art. 7º, inc. XVII, da CF), que tem como objetivo garantir ao trabalhador um descanso por um período razoavelmente prolongado, oportunidade em que pode se recuperar física e mentalmente dos esforços despendidos com o trabalho.

Ademais, o acúmulo além de dois anos consecutivos afronta o artigo 87, §1º, da Lei Complementar Municipal 01/1993 (evento 141.66, fls. 70).

Permitir que servidores acumulem mais de dois períodos de férias, além de ilegal, pode acarretar consequências financeiras para o erário, em decorrência do pagamento de indenizações aos servidores pelos períodos não gozados.

Mantiveram-se, ademais, as **divergências entre os dados informados pela Prefeitura e aqueles apurados pelo Sistema AUDESP/IEG-M** (evento 141.66, 4. itens B.3, B.4, B.5, B.6, B.7, C.1.1, C.1.10, C.1.10.1 e C.2.3). A ocorrência afronta as orientações do Comunicado SDG 34/2009<sup>13</sup>, uma vez que prejudica a análise dos demonstrativos e ofende os princípios da transparência (art. 1º, §1º, da LRF) e da evidência contábil (art. 83 da Lei 4.320/1964), fragilizando sobremaneira a fidedignidade dos dados informados pelo ente público e, consequentemente, comprometendo o pleno exercício do controle externo.

Por fim, de se ressaltar que a **manutenção de falhas já pontuadas por este Tribunal de Contas** denota não apenas o desrespeito aos normativos vigentes, mas, também, certo descaso com o trabalho realizado pelo Controle Externo.

<sup>13</sup> O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO alerta que constitui falha grave a ausência de fidelidade das informações enviadas ao Tribunal de Contas em relação àquelas registradas na Origem, vez que ofende aos princípios da transparência (art. 1º, §1º, da LRF) e da evidência contábil (art. 83 da Lei nº 4.320/64), ocasionando efetivo prejuízo à ação de controle dos recursos públicos. As informações enviadas ao Sistema Audesp devem corresponder aos fatos registrados na Origem; alterações posteriores devem seguir normas, procedimentos e princípios aceitos pela ciência contábil. (g.n.)



Ademais, ainda que por analogia ao que dispõe a Lei Complementar Estadual 709/1993, no tocante ao julgamento de contas, conforme seu artigo 33, §1º<sup>14</sup>, a reincidência em falhas incorridas em exercícios anteriores poderá culminar no juízo desfavorável dos demonstrativos, o que ocorre no presente caso.

Nessa linha, consolidou-se nas Orientações Interpretativas sobre Contas de Prefeituras Municipais deste Ministério Público de Contas - OI MPC/SP nº 02.16<sup>15</sup>, que a constatação de reincidência de falhas verificadas em exercícios anteriores, com tempo suficiente para sua correção, concorre para a emissão de parecer desfavorável.

Ante o exposto, o Ministério Público de Contas, na condição de fiscal da ordem jurídica, opina pela emissão de **PARECER PRÉVIO DESFAVORÁVEL**, em especial, pelos seguintes motivos:

1. **Itens B.1 e C.1.1** – o indicador i-Planejamento manteve insatisfatória nota “C+” (em fase de adequação) em 2023, diante de irregularidades constatadas pela Fiscalização, dentre elas, o elevado percentual de alterações orçamentárias, correspondentes a 50,25% da despesa inicialmente fixada, em desacordo com as orientações deste Tribunal (Comunicados SDG 29/2010 e 32/2015) (REINCIDÊNCIA);
2. **Itens A.4, B.3 e B.3.2** – ineficiente gestão do ensino municipal, diante de diversas falhas estruturais observadas nas escolas, e, sobretudo, do déficit de vagas verificado no ensino infantil, em inobservância ao direito social garantido pela Constituição Federal em seus artigos 6º, 205 e 208, inc. IV, e §§1º e 2º (REINCIDÊNCIA);
3. **Item B.4.1** – ineficiente gestão do ensino saúde, sobretudo, diante das falhas estruturais observadas nas unidades de atendimento;
4. **Itens B.3, B.4, B.5, B.6, B.7, C.1.1, C.1.10, C.1.10.1 e C.2.3** – falta de fidedignidade dos dados prestados ao sistema AUDESP/IEG-M (REINCIDÊNCIA);
5. **Itens C.1.10.1 e C.1.10.1** – irregularidades relacionadas à contratação de servidores temporários, com destaque para a contratação de professores nessa modalidade em quantitativo superior ao orientado pelo Conselho Nacional de Educação;
6. **Item C.10.2** – pagamento de horas extras de forma contínua e em valores fixos, descaracterizando a sua excepcionalidade;
7. **Item C.10.2** – servidores com mais de dois e chegando até a onze períodos de férias acumulados e não gozados, em afronta ao artigo 87, §1º, da Lei Complementar Municipal 01/1993 e ao art. 7º, inc. XVII, da Constituição

<sup>14</sup> LCE 709/1993, art. 33, §1º. O Tribunal de Contas poderá julgar irregulares as contas, no caso de reincidência no descumprimento de determinação de que o responsável tenha tido ciência, feitas em processo de tomada ou prestação de contas.

<sup>15</sup> OI-MPC/SP nº 02.16: Concorre para emissão de parecer desfavorável a reincidência de falhas verificadas em exercícios anteriores, com tempo suficiente para sua correção.

Disponível em <https://www.mpc.sp.gov.br/orientacoes-interpretativas>



Federal.

Ademais, impende que a Administração adote providências necessárias ao exato cumprimento da lei (art. 71, inc. IX, da Constituição Federal e art. 33, inc. X, da Constituição Estadual) e aprimore a gestão nos seguintes pontos:

1. **Item A.5** – aprimore o sistema de controle interno, de forma a dar pleno atendimento ao art. 74 da CF;
2. **Itens B.1, B.2, B.3, B.4, B.5, B.6 e B.7** – corrija as impropriedades apontadas pelo IEGM/TCESP, conferindo maior efetividade aos serviços prestados à população;
3. **Item C.1.4** – atente-se ao crescimento da dívida de longo prazo, evitando que as obrigações do exercício sejam postergadas em prejuízo das gestões seguintes;
4. **Item C.1.6** – realize os registros contábeis de acordo com as orientações previstas na Instrução de Procedimentos Contábeis – IPC 15 da Secretaria do Tesouro Nacional, consoante o disposto no Comunicado SDG 29, de 27 de maio 2021;
5. **Item C.1.7.3** – promova a implementação da previdência complementar no âmbito municipal, bem como de medidas necessárias para o equacionamento do déficit atuarial;
6. **Itens C.2.2 e C.2.3** – corrija a totalidade das impropriedades verificadas;
7. **Item C.2.4** – regularize a situação de todos os prédios municipais que não contam com Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros;
8. **Item C.2.5** – efetue regular fiscalização sobre as entidades que recebem recursos, garantindo a adequada utilização dos repasses;
9. **Item D.1.2** – adeque-se às condicionalidades para habilitação à complementação VAAR (art. 14 da Lei 14.113/2020);
10. **Item E.1** – dê atendimento às normas de transparência vigentes;
11. **Item F.1** – adote providências no sentido de cumprir as metas dos ODS da ONU; e
12. **Item F.2** – atenda às recomendações e determinações deste Tribunal de Contas.

Oportuno que tais recomendações, expedidas com fulcro no art. 24, §3º<sup>16</sup>, c/c art. 23, §4º, parte final, da Lei Complementar Estadual 709/1993<sup>17</sup>, sejam incluídas pela SDG no cadastro específico previsto no art. 212, inc. II, alínea ‘r’, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas<sup>18</sup>, para fins de **monitoramento**.

<sup>16</sup> LCE 709/1993, art. 24. O Tribunal de Contas emitirá parecer, até o último dia do ano seguinte ao do seu recebimento, sobre a prestação anual de contas da administração financeira dos Municípios.

§3º. o parecer de que trata este artigo atenderá ao disposto no § 4º do artigo anterior.

<sup>17</sup> LCE 709/1993, art. 23. O Tribunal de Contas emitirá parecer prévio, no prazo fixado pela Constituição, sobre as contas que o Governador do Estado apresentar, anualmente, a Assembleia Legislativa.

§4º. O parecer de que trata este artigo consistirá em uma apreciação geral e fundamentada sobre o exercício financeiro e a execução do orçamento, indicando, se for o caso, as irregularidades, as parcelas impugnadas, as ressalvas e as recomendações. (destaques do MPC)

<sup>18</sup> RITCESP, art. 212. Ao Secretário-Diretor Geral compete:



Vale alertar que a reincidência sistemática nas falhas incorridas poderá culminar no juízo desfavorável das contas, sujeitando ainda o responsável às sanções previstas no art. 104, inc. VI e §1º, da Lei Complementar Estadual 709/1993<sup>19</sup>.

No mais, tendo em vista a **falta de AVCB** (Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros) ou **CLCB** (Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros) nos imóveis ocupados pela Prefeitura Municipal (evento 141.66, item C.2.4, fls. 86/87), em ofensa à Lei Complementar Estadual 1.257/2015<sup>20</sup> e ao Decreto Estadual 63.911/2018<sup>21</sup>, pugna-se pelo encaminhamento de ofício ao Comando do Corpo de Bombeiros, noticiando-se esse apontamento do relato fiscalizatório para as providências que sejam cabíveis.

Propõe-se, ainda, comunicação ao Ministério Público da Comarca local em virtude da situação verificada na seara educacional, especificamente quanto ao **déficit de vagas** (evento 141.66, fls. 20), além da **precariedade das instalações escolares** (evento 141.66, fls. 21/30), ante a necessidade da responsabilização demandada pelo art. 208, §2º, da Constituição Federal<sup>22</sup>.

É o parecer.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2025.  
**RAFAEL NEUBERN DEMARCHI COSTA**  
Procurador do Ministério Público de Contas

/MPC-24

II - como Diretor Geral:

r) manter cadastro específico das sanções pecuniárias aplicadas aos administradores e das recomendações, que impliquem obrigação de fazer, dirigidas à Administração.

<sup>19</sup> LCE 709/1993, art. 104. O Tribunal de Contas poderá aplicar multa de até 2.000 (duas mil) vezes o valor da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo (UFESP) ou outro valor unitário que venha a substituí-la, aos responsáveis por:

VI - reincidência no descumprimento de determinação ou Instruções do Tribunal de Contas.

§1º. Ficará sujeito à multa prevista neste artigo aquele que deixar de dar cumprimento à decisão do Tribunal de Contas, salvo motivo justificado.

<sup>20</sup> Institui o Código estadual de proteção contra Incêndios e Emergências e dá providências correlatas.

<sup>21</sup> Institui o Regulamento de Segurança contra Incêndio das edificações e áreas de risco no Estado de São Paulo e estabelece outras providências.

<sup>22</sup> CF, art. 208, §2º. O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.



Avenida Rangel Pestana, 315, 10º andar, São Paulo - SP. CEP 01017-906



(11) 3292-4302



mpc.sp.gov.br



mpc\_sp



mpc.sp



MPdeContas\_SP



mpcsp



São Paulo sob  
controle